

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Junho de 2012*

**ACTA**

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. **EDUCAÇÃO/ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO**

. PROJECTOS ESCOLARES/OUTROS APOIOS

- Instituto Pedro Hispano – Visita de Estudo a França

Ponto 4. **EDUCAÇÃO/ENSINO BÁSICO**

. Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular - 1.º CEB

. Ano Lectivo 2012/2013

- Acordo de Colaboração/Acesso ao Apoio Financeiro

Ponto 5. **EDUCAÇÃO/ENSINO BÁSICO**

. Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular - 1.º CEB

. Ano Lectivo 2012/2013

- Abertura de Procedimentos Concurrais

Ponto 6. **HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

. Remodelação do Sistema de IP

- Escolhas de Procedimento Prévio

6.1. Casa Mortuária da Localidade de Degracias - Freg. de Degracias

6.2. Largo da Igreja da Localidade de Alencarce de Cima - Freg. de Soure

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Junho de 2012***

Ponto 7. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2012**

- Apreciação de Propostas de Alteração - 5.ª/5.ª - .

Ponto 8. **REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS**

- Proposta de Alteração

Ponto 9. **LINHAS ESTRATÉGICAS PARA A REFORMA DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

Ponto 10. **REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA**

- Regime Jurídico

Ponto 11. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando a(s) seguinte(s) informação(ões):

### **\* PROTECÇÃO CIVIL**

No dia 23 de Junho, estivémos presentes numa acção promovida/desenvolvida pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure, com a presença de todo o Corpo Activo e dos seus Dirigentes... Nela foi feita a apresentação formal da passagem de nove Bombeiros Estagiários a Bombeiros de Terceira Classe... Esta acção teve um duplo significado: por um lado, aproveitaram para dar nota pública que continuavam preparados para o início de um período particularmente difícil, em termos tradicionais, no plano dos fogos florestais, por outro lado, no plano formal, não esperaram por uma qualquer Sessão Solene para dar cumprimento ao que está legalmente previsto...

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “representei o Senhor Presidente de Câmara em duas iniciativas no Concelho. No dia 23 de Junho, nos Novos, numa festa de âmbito dos Santos Populares.

No dia 24 de Junho, na Associação Cultural e Recreativa dos Lousões, numa iniciativa de âmbito sócio-desportivo e que envolveu grande parte da comunidade local.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “está patente na Biblioteca Municipal uma exposição com os trabalhos resultantes do Projecto “*Entre a Fralda e a Chupeta... Descobrimos o Livro! Livro a Livro... Descobrimos a Biblioteca!*”, no qual participaram as crianças que frequentam a Valência Creche nas cinco IPSS do Concelho. Neste momento, estas crianças estão a ir, algumas pela primeira vez, à Biblioteca Municipal. Está é uma acção que está incluída também no Programa Integrado de Promoção da Leitura.”

### **Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências . Licenciamento de Obras Particulares**

*Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----*

### **Ponto 3. EDUCAÇÃO/ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO**

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Junho de 2012**

**. PROJECTOS ESCOLARES/OUTROS APOIOS  
- Instituto Pedro Hispano – Visita de Estudo a França**

Foi presente a seguinte Proposta:

**ASSUNTO: EDUCAÇÃO/ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO**

*. PROJECTOS ESCOLARES/OUTROS APOIOS*

*- INSTITUTO PEDRO HISPANO - VISITA DE ESTUDO A FRANÇA*

À semelhança de anos anteriores, o Instituto Pedro Hispano integra no seu Plano de Actividades uma Visita de Estudo a França, a decorrer de 28 de Junho a 03 de Julho de 2012.

Neste projecto, que visa essencialmente proporcionar o contacto directo com a Língua e Cultura Francesas e contribuir para o desenvolvimento da personalidade e da cidadania, numa perspectiva europeia, participam **31 alunos**, sendo que **29** são residentes no Concelho de Soure.

Destes **29 (vinte e nove)** alunos, **4 (quatro)** beneficiam do Escalão B, ao nível dos apoios, no âmbito da Acção Social Escolar (ASE). Os **25 (vinte e cinco)** restantes não beneficiam de qualquer apoio.

A Câmara Municipal tem vindo a apoiar este tipo de viagens dinamizadas pelos Estabelecimentos de Ensino do Concelho.

Trata-se, naturalmente, de uma iniciativa pertinente, enquanto forte contributo para a valorização pessoal e social dos alunos, a concretizar num contexto de real escassez de recursos.

Neste quadro, após análise das despesas previstas, e numa perspectiva de, ainda assim, ajudar o esforço financeiro das Famílias, sobretudo daquelas que apresentam um quadro sócio-económico mais desfavorecido, propõe-se que, no âmbito do Apoio a Projectos Escolares, previsto nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento para 2012, na área da Educação, a Câmara Municipal autorize a atribuição dos seguintes apoios:

- **40 € por aluno**, não abrangido por qualquer apoio no âmbito da ASE, valor correspondente a **10%** do custo da viagem previsto por aluno (**400 €**), no montante de **1.000 €** (40 € × 25 alunos).
- **100 € por aluno**, abrangido pelo Escalão B da ASE, valor correspondente a **25%** do custo da viagem previsto por aluno (**400 €**), no montante de **400 €** (100 € × 4 alunos).

Note-se que se propõe uma percentagem inferior à habitual, face ao atrás aludido quadro económico-social.

Estes apoios, num valor global de **1.400€**, contribuirão para estimular a participação dos alunos na Visita de Estudo a França.

A Vereadora\*

(Ana Maria Treno, Dra.)

2012.06.25

\* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo Senhor  
Presidente da Câmara, Despacho de 06.11.2009

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Junho de 2012**

O Senhor Presidente referiu que: “este apoio teve um pequeno corte, sinal dos tempos... mas, mais do que isso, passou a ter uma decomposição, do nosso ponto de vista, mais justa no plano social... Se repararem já não se trata de apoiar com 10% todos os alunos... Os alunos, independentemente do seu grau de dificuldade ou da sua caracterização sócio familiar, têm 10%, mas aqueles que em termos sociais estão caracterizados como alunos do Escalão B tiveram 25 %... Se houvesse algum aluno do Escalão A, naturalmente, não era por isso que deixaria de fazer a viagem, por isso, nesses casos, o apoio é de 50%...”

No conjunto, pouco ou nada ultrapassa os 10% daquilo que é o valor global estimado como custo da iniciativa... Passou a haver, não apenas uma percentagem que a todos trata por igual, mas uma percentagem global que trata realidades sociais diferentes, de forma diferente, mas, bem mais justa!!!...”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, de atribuição de um apoio de 1.400,00 euros.-----*

**Ponto 4. EDUCAÇÃO/ENSINO BÁSICO**

- . Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular - 1.º CEB
- . Ano Lectivo 2012/2013
  - Acordo de Colaboração/Acesso ao Apoio Financeiro

Foi presente a seguinte Proposta:

***Proposta***

**ASSUNTO:**    

- . **PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB**
- . **Acordo de Colaboração / Acesso ao Apoio Financeiro - Ano Lectivo 2012/2013**

O Despacho n.º 8683/2011, de 28 de Junho, do Ministério da Educação, altera e republica o Despacho n.º 14460/2008 (2.ª Série) de 26 de Maio, que aprova o Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º Ciclo do Ensino Básico e regulamenta o regime de acesso ao Apoio Financeiro a conceder por aquele Ministério no âmbito do referido Programa.

A partir do Ano Lectivo 2006/2007, este Programa foi implementado, em todas as Escolas do Município de Soure, pela Câmara Municipal em parceria com o Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure.

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

Foram ainda estabelecidas **parcerias** com IPSS locais e Juntas de Freguesia, designadamente, no que se refere a Recursos Humanos e Transportes Escolares.

Em reunião de Câmara de 14 de Julho de 2011, foi deliberado aprovar a subscrição do Acordo de Colaboração entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure, que visava a implementação das AEC no Ano Lectivo 2011/2012 e o acesso ao correspondente Apoio Financeiro.

O **Apoio Financeiro**, atribuído nos termos do Despacho supra referenciado, para o Ano Lectivo 2011/2012, foi consignado em **Adenda ao Contrato-Programa**, subscrito pelo Município de Soure e pela Direcção Regional de Educação do Centro (DREC), com a aprovação da Câmara Municipal, na sua reunião de **17 de Fevereiro de 2012**.

Em reunião de Câmara de 28 de Maio de 2009, foi deliberado aprovar a subscrição do **Contrato-Programa** que tem por objecto regulamentar as relações entre as partes outorgantes em matéria de concessão, afectação e controlo da aplicação dos Apoios Financeiros a atribuir no âmbito do Programa das AEC no 1.º CEB.

De acordo com a **cláusula 12.ª deste Contrato-Programa**, o mesmo é **renovado automaticamente nos Anos Lectivos seguintes**.

Neste quadro, a DREC solicitou o envio, **até ao dia 14 de Julho de 2012**, de novo **Acordo de Colaboração** entre o Município de Soure e o Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure, com vista ao lançamento das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), para o **Ano Lectivo 2012/2013**, de acordo com a legislação atrás aludida.

No sentido de dar cumprimento à solicitação da DREC, ocorreram **diversas reuniões de trabalho** com a Direcção do Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure, tendo sido elaborado o **Acordo de Colaboração em Anexo**.

Naturalmente, na elaboração deste Acordo foi tomada em consideração a **experiência ao longo dos últimos seis Anos Lectivos**, no sentido do prosseguimento da **melhoria da qualidade** deste serviço prestado aos alunos do Concelho.

Assim, no próximo Ano Lectivo, 2012/2013, todos os alunos do 1.º CEB poderão continuar a usufruir de aulas de Inglês, Actividade Física e Desportiva, Música e Apoio ao Estudo. O acesso cada vez mais precoce a uma língua estrangeira, bem como às outras actividades continua a ser considerado muito positivo, pelos vários intervenientes neste processo, designadamente, o Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure e os Pais e Encarregados de Educação.

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

Para além das reuniões regulares com os Coordenadores de Departamento Curricular dos respectivos Grupos Disciplinares, continuarão a ser reforçados os mecanismos de **articulação e comunicação** entre os **Professores das AEC** e os **Professores Titulares das Turmas**, através da participação daqueles no Departamento Curricular do 1.º CEB, bem como em Reuniões de Equipas Educativas, em cada Escola/Centro Escolar.

A Planificação das Actividades de Enriquecimento Curricular é aprovada pelo **Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure**, ficando garantida a articulação, entre aquelas e a Actividade Curricular.

Continuar a proporcionar, de forma gratuita, a aquisição de um conjunto diversificado de aprendizagens e competências **a todos os alunos do 1.º CEB**, independentemente da Escola que frequentam, continua a fazer deste Programa algo **extremamente ambicioso, complexo e exigente** mas, inequivocamente, muito **enriquecedor** para o desenvolvimento pessoal e social daquelas crianças.

Trata-se de um projecto que se enraizou nas Escolas do Município de Soure de forma muito positiva e que, definitivamente, reforçou os princípios pedagógicos e de animação lúdico-cultural subjacentes ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, contribuindo para que as crianças do 1.º CEB do Município continuem a crescer numa Escola rica em conhecimento, criatividade, formação cívica, sem esquecer, naturalmente, a componente lúdica.

Neste quadro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a subscrição do **Acordo de Colaboração** em anexo, entre o Município de Soure e o Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure, para implementação do **Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC)**, no Ano Lectivo 2012/2013.

A Vereadora\*  
(Ana Maria Treno, Dra.)  
25.06.2012

\* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

***Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição do presente Acordo de Colaboração.***-----

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Junho de 2012**

- . Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular - 1.º CEB
- . Ano Lectivo 2012/2013
- Abertura de Procedimentos Concurais

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: ♦ Educação / Ensino Básico**

- Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular - 1.º CEB / Ano Lectivo 2012/2013
  - Abertura de Procedimentos Concurais
- (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro - Orçamento do Estado para 2012)

Relativamente ao assunto em epígrafe, e na sequência do solicitado por V. Exa., procedemos à elaboração do seguinte parecer jurídico.

A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro - Orçamento de Estado para 2012 -, veio introduzir algumas alterações relativas ao recrutamento de trabalhadores e à abertura de procedimentos concursais nas Autarquias Locais, estabelecendo no art. 46.º uma norma de "controlo do recrutamento de trabalhadores nas Autarquias Locais".

Esta norma dispõe o seguinte:

**"1 - As autarquias locais não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.**

**2 - Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo, sob proposta do respectivo órgão executivo, pode,** ao abrigo e nos termos dos n.os 6 e 7 do art. 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, **autorizar a abertura dos procedimentos concursais a que se refere o n.º 1,** fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e **desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:**

a) **Seja imprescindível o recrutamento,** tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no sector de actividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;

b) **Impossibilidade de ocupação dos postos em causa nos termos previstos nos n.os 1 a 5 do art. 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro,** alterada pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade;

c) **Demonstração de que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;**



## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos no artigo 50.º da lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e na Lei n.º 57/2011, de 28 de Novembro;

e) Demonstração do cumprimento da medida de redução mínima prevista no artigo 48.º.  
(...)

**4 - São nulas as contratações e as nomeações de trabalhadores efectuadas em violação do disposto nos números anteriores**, sendo aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.os 6,7 e 8 do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, **havendo lugar a redução nas transferências do Orçamento do Estado para a autarquia** em causa de montante idêntico ao do disposto no n.º 3 do artigo 92.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de Agosto".

O n.º 1 do art. 48.º do diploma em análise tem como epígrafe "redução de trabalhadores nas autarquias locais" e dispõe o seguinte:

1 - Até ao final do 3.º trimestre do ano de 2012, as autarquias locais reduzem o número de trabalhadores de acordo com os seguintes critérios:

a) Autarquias locais que, no período relativo aos anos de 2009, 2010 e 2011, tenham reduzido em 10% ou mais o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de Dezembro de 2008 reduzem, no mínimo, em 1% o número de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro de 2011;

b) Autarquias locais que, no período relativo aos anos de 2009, 2010 e 2011, tenham reduzido em menos de 10% o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de Dezembro de 2008 reduzem, no mínimo, em 2% o número de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro de 2011;

c) Autarquias locais que, no período referido nas alíneas anteriores, tenham mantido ou aumentado o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de Dezembro de 2008 reduzem, no mínimo, em 3% o número de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro de 2011.

Segundo informação dos Recursos Humanos que juntamos em Anexo, o Município de Soure inclui-se na al b) do n.º 1 do artigo supra referido, devendo até ao final do 3.º trimestre de 2012, reduzir no mínimo em 2% o número de trabalhadores existentes em Dezembro de 2011.

Ano	2008	2009	2010	2011	31.12.2011	2012
N.º de trabalhadores	251	249	249	247	241	236

→ O Município de Soure deverá reduzir 5 trabalhadores ( $241 \times 2\% = 4,82 \rightarrow 5$  trabalhadores) - redução que já ocorreu, uma vez que, neste momento, o número de trabalhadores do Município de Soure é de 236.

→ Para além desta redução, aguarda-se ainda o deferimento, pela Caixa Geral de Aposentações, de um processo de aposentação.

Não obstante esta exigência para a redução de pessoal, o n.º 5 do já referido art. 48.º dispõe:

"Para efeitos do disposto no n.º 1, não é considerado o pessoal necessário para assegurar o exercício de actividades objecto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local no domínio da educação".

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

Significa isto, que o pessoal necessário para a contratação do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) não é considerado para efeitos da redução de trabalhadores nas Autarquias Locais.

### **CONCLUSÃO:**

**Considerando que:**

- De acordo com informação dos Recursos Humanos do Município de Soure, se verifica o cumprimento cumulativo dos requisitos mencionados nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 2 do art. 46.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro;
- E face ao enquadramento legal exposto, concretamente, nos termos do n.º 2 do art. 46.º do mesmo dispositivo legal, somos do parecer que:
  - O Órgão Executivo pode propor ao Órgão Deliberativo, autorização para a abertura dos Procedimentos Concursais, para o recrutamento excepcional de Técnicos necessários à implementação das AEC.

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

À superior consideração,

Paços do Município de Soure, 18 de Junho de 2012

**A Técnica Superior,  
(Susana Ramos, Dra.)**

DESPACHO / DELIBERAÇÃO  
À Reunião de Câmara.  
A Vereadora\*,  
(Ana Maria Treno, Dra.)  
19.06.2012

\*Por delegação e subdelegação de competências, Despacho  
do Exmo. Sr. Presidente de Câmara de 06/11/2009

e

**Assunto: ► EDUCAÇÃO / ENSINO BÁSICO**

***Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular – 1º CEB /Ano Lectivo  
2012/2013***

**\* Abertura de Procedimentos Concursais**

A partir do ano lectivo 2006/2007, o Município de Soure tem vindo a implementar em todas as Escolas do 1º CEB, o Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular, o qual surgiu após o Programa de Generalização do Ensino do Inglês, dirigido aos alunos dos 3º e 4º anos do 1º CEB, no ano lectivo 2005/2006.

Naturalmente, a implementação deste Programa implica a necessidade de Recursos Humanos habilitados, a contratar pelo Município.

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

À semelhança dos anos anteriores, nos termos do Acordo de Colaboração entre o Município de Soure e o Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure, previsto no Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho, o Município poderá, também, vir a sub-protocolar com Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, a disponibilização de Professores de algumas Actividades de Enriquecimento Curricular por profissionais que, comprovadamente, possuam as habilitações consideradas adequadas nos termos legalmente estabelecidos.

No que toca à contratação de Recursos Humanos, a **Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro**, veio aprovar os novos Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, definindo, complementarmente, o regime jurídico-funcional aplicável a cada modalidade de constituição da relação jurídica de emprego público.

Esta Lei, no seu **art. 6º** – “Gestão dos Recursos Humanos em Função dos Mapas de Pessoal” – estabelece, no n.º 2 que, quando se verifique que o número de trabalhadores em funções públicas é insuficiente face às exigências previstas no mapa de pessoal em vigor, designadamente, no que se refere a postos de trabalho previstos e não ocupados, o órgão ou serviço pode promover o recrutamento para a ocupação dos postos de trabalho em causa.

O Mapa de Pessoal do Município de Soure contempla, para o ano 2012, o preenchimento dos postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular.

O **Decreto – Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro**, vem proceder à adaptação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, à Administração Autárquica. No seu art. 4º “Gestão dos Recursos Humanos em Função dos Mapas de Pessoal”, este Decreto-Lei determina que **o recrutamento, nas condições previstas naquela Lei e supra mencionadas, seja precedido de aprovação do órgão executivo.**

A **Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho**, aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Esta Lei, no seu art. 10º, “Controlo do Recrutamento de Trabalhadores nas Administrações Regionais e Autárquicas”, determina que, no caso das Autarquias Locais, **o recrutamento excepcional de Recursos Humanos deve ser fundamentado e autorizado sob proposta do Presidente da Câmara ao órgão executivo.**

A **Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro - Orçamento de Estado para 2012 -**, vem estabelecer no n.º 2 do art. 46º que, em situações excepcionais devidamente fundamentadas, a autorização para a abertura de procedimentos concursais cabe ao Órgão Deliberativo, sob proposta do respectivo Órgão Executivo.

Para este efeito, devem-se verificar, cumulativamente, os requisitos mencionados nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 2 do mesmo artigo.

Ora, no Município de Soure, verificam-se todos esses requisitos, a saber:

- a) Para assegurar o Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB, o Município de Soure tem necessidade de recrutar Técnicos devidamente habilitados, uma vez que não possui Recursos Humanos com competências próprias para o desenvolvimento das mesmas.

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

- b) O recrutamento destes Técnicos encontra-se estabelecido no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 03 de setembro, que dispõe no seu artigo 7º que *“a candidatura ao processo de selecção é feita mediante o preenchimento de formulário electrónico no sítio da Internet do Município ou dos Agrupamentos de Escolas da área territorial do respectivo Município”*.
- c) Os encargos com a Contratação destas Actividades de Enriquecimento Curricular estão previstos no Orçamento do Município para 2012, aprovado na Reunião de Câmara, de 27 de dezembro de 2011 e na Sessão da Assembleia Municipal, de 28 de dezembro de 2011.
- d) O Município de Soure cumpre pontual e integralmente todos os deveres de informação previstos no artigo 50 da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais –, e na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro – Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE).

O **Decreto-Lei n.º 212/2009, de 03 de setembro**, estabelece o regime aplicável à Contratação de Técnicos que assegurem o desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1º Ciclo do Ensino Básico nos Agrupamentos de Escolas da Rede Pública.

Este Decreto-Lei, no seu art. 3º, *“Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo”*, estabelece que, para assegurar necessidades temporárias de serviço no âmbito das AEC, os municípios celebram contratos de trabalho a termo resolutivo, a tempo integral ou parcial, com técnicos especialmente habilitados para o efeito.

Neste mesmo diploma, o art. 7º *“Inscrição, Selecção, Ordenação e Reserva de Recrutamento”*, refere que a candidatura ao processo de selecção é feita mediante o preenchimento de formulário electrónico no sítio da Internet do Município ou dos Agrupamentos de Escolas da área territorial do respectivo Município.

O Despacho n.º 8683/2011 (2ª Série), de 28 de junho, veio introduzir alterações ao Despacho n.º 14460/2008, de 26 de maio, que regula o Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico (AEC).

Neste Despacho, o ponto 14.1 estabelece que as Entidades Promotoras das AEC estão obrigadas, em matéria de recrutamento e contratação dos respectivos técnicos, a utilizar os mecanismos previstos no Decreto – Lei n.º 212/2009, de 03 de setembro.

O recrutamento destes Técnicos visa, pois, o desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular, concretamente para o Ano Lectivo 2012/2013, isto é, enquadra-se também no n.º 1 alínea f) do art. 93º *“Execução de tarefa ocasional ou serviço determinado precisamente definido e não duradouro”*, da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, que aprova o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

Face ao exposto, sugerimos:

- ***Que o Órgão Executivo proponha ao Órgão Deliberativo autorização para abertura dos procedimentos concursais para o recrutamento excepcional de Técnicos necessários à implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular nas Escolas do 1º CEB do Município de Soure, no Ano Lectivo 2012/2013.***

À Consideração Superior,  
Paços do Município de Soure, 18 de junho de 2012  
A Técnica Superior,  
(Lília Berardo, Dr.ª)  
A Técnica Superior,  
(Susana Ramos, Dr.ª)

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Junho de 2012**

DESPACHO / DELIBERAÇÃO

À Reunião de Câmara.

A Vereadora \*,

(Ana Maria Treno, Dra.)

19.06.2012

\* Por Delegação e Subdelegação de Competências, Despacho  
do Exmo. Senhor Presidente da Câmara de 06.11.2009.

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a autorização para Abertura de Procedimentos Concurrais para o Recrutamento Excepcional de Técnicos necessários à implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular nas Escolas da 1.ª CEB, no Ano Lectivo 2012/2013, devendo os mesmos serem submetidos à Assembleia Municipal.*-----

**Ponto 6. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA**  
**. Remodelação do Sistema de IP**  
**- Escolhas de Procedimento Prévio**

**6.1. Casa Mortuária da Localidade de Degracias - Freg. de Degracias**

Foram presentes as seguintes informações:

HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
CASA MORTUÁRIA DA LOCALIDADE DE DEGRACIAS  
FREGUESIA DE DEGRACIAS  
REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE IP  
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à execução da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Ex.ª a aprovação dos seguintes pontos:

**1. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO:**

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o preço base é de 962,50 euros, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecidos para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer do Presidente da Câmara Municipal quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** – cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012, pela rubrica **03.01.07.01.04.10** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05.003 2012/96**.

### **2. PROCESSO**

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em Anexo.

### **3. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)**

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Helenos, S.A.**

### **4. JÚRI**

Uma vez que será apenas convidada uma empresa a apresentar proposta, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art.º 67.º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais,  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
22.06.2012

e

**Assunto:** Habitação, Urbanismo e Urbanização  
Iluminação Pública  
Casa Mortuária da Localidade de Degracias  
Freguesia de Degracias  
Remodelação do Sistema de IP

Relativamente ao assunto supracitado e por indicação superior, foi efectuado um estudo para a remodelação do Sistema de Iluminação Pública existente junto à Casa Mortuária da Localidade e Freguesia de Degracias e Concelho de Soure.

Deste modo e após uma visita ao local, com o intuito de se poder quantificar os trabalhos a realizar, foi estimado o valor de 962,50€ + IVA, para a realização da totalidade dos trabalhos previstos.

Pelos motivos explicitados anteriormente e devido às melhorias significativas dos níveis de iluminação no local mencionado, sugere-se a execução dos trabalhos em questão.

Sugere-se a consulta ao prestador de serviços habitual da EDP Distribuição, a empresa “Helenos, S.A.”.

À Consideração Superior  
O Técnico Superior  
(Vitor Miranda, Eng.º Electrotécnico)  
20.06.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.*-----

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 27 de Junho de 2012***

**6.2. Largo da Igreja da Localidade de Alencarce de Cima - Freg. de Soure**

Foram presentes as seguintes informações:

HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
LARGO DA IGREJA DA LOCALIDADE DE ALENCARCE DE CIMA  
FREGUESIA DE SOURE  
REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE IP  
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à execução da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Ex.ª a aprovação dos seguintes pontos:

**1. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO:**

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o preço base é de 595,00 euros, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecidos para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer do Presidente da Câmara Municipal quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** – cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012, pela rubrica **03.01.07.01.04.10** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05.003 2012/96**.

**2. PROCESSO**

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em Anexo.

**3. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)**

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Helenos, S.A.**

**4. JÚRI**

Uma vez que será apenas convidada uma empresa a apresentar proposta, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art.º 67.º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais,  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
22.06.2012

e

**Assunto:** Habitação, Urbanismo e Urbanização  
Iluminação Pública  
Largo da Igreja da Localidade de Alencarce de Cima  
Freguesia de Soure  
Remodelação do Sistema de IP

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

Relativamente ao assunto supracitado e por indicação superior, foi efectuado um estudo para a remodelação do Sistema de Iluminação Pública existente no Largo da Igreja da Localidade de Alencarce de Cima, Freguesia e Concelho de Soure.

Deste modo e após uma visita ao local, com o intuito de se poder quantificar os trabalhos a realizar, foi estimado o valor de 595,00€ + IVA, para a realização da totalidade dos trabalhos previstos.

Pelos motivos explicitados anteriormente e devido às melhorias significativas dos níveis de iluminação no local mencionado, sugere-se a execução dos trabalhos em questão.

Sugere-se a consulta ao prestador de serviços habitual da EDP Distribuição, a empresa “Helenos, S.A.”.

À Consideração Superior  
O Técnico Superior  
(Vitor Miranda, Eng.º Electrotécnico)  
20.06.2012

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----*

### **Ponto 7. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2012 - Apreciação de Propostas de Alteração - 5.ª/5.ª - .**

*Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e duas (2) abstenções das Senhoras Vereadoras eleitas pelo P.S.D., aprovar as Propostas de Alteração - 5.ª/5.ª - .-----*

### **Ponto 8. REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS - Proposta de Alteração**

Foram presentes as seguintes informações:

**assunto: Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais**

Em 27 de abril de 2012, a Câmara Municipal de Soure deliberou, em reunião ordinária, aprovar a proposta de alteração do “Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais” do Município de Soure.

Nos termos do nº 3 do artigo 3º do DL 555/99, de 16 de dezembro, com a redação do DL 26/2010 de 30 de março, os regulamentos que contemplem taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, são submetidos a discussão pública, por prazo não inferior a 30 dias, antes da sua aprovação pelos órgãos municipais.



## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

O referido prazo de 30 dias decorreu entre 10 de maio de 2012 e 22 de junho de 2012, sem que os interessados tenham remetido qualquer observação ou sugestão à Câmara Municipal de Soure, conforme informação dos serviços.

Considerando a informação jurídica de suporte e o facto de não existirem contribuições a introduzir na proposta presente à reunião de Câmara de 27 de abril de 2012, sugere-se que a Câmara delibere aprovar a alteração ao “Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais” do Município de Soure, e delibere apresentá-la à Assembleia Municipal.

À Consideração Superior  
Maria José O. Carvalho – Eng<sup>a</sup>  
Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento  
25.06.2012

e

### **Assunto: Projecto de Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais - Proposta**

A Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 27 de Abril de 2012, deliberou aprovar e submeter a apreciação pública o “Projecto de Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais” e respectiva Tabela de Taxas, durante o prazo de 30 dias contados a partir da data da publicação da deliberação no Diário da República.

A publicação foi efetuada na 2.ª Serie do Diário da República, n.º 91, de 10 de Maio de 2012, através do Aviso n.º 6422/2012, tendo ainda sido tornado público mediante editais afixados nos lugares de estilo.

Durante o período de apreciação pública, o projecto de alteração ao regulamento esteve disponível, para consulta, no edifício dos Paços do Concelho e no Site do Município de Soure.

Em 22 de Junho de 2012, terminou o período de apreciação pública, tendo esta decorrido sem que fossem registadas quaisquer sugestões ou observações.

Deste modo, estão reunidas as condições para a Câmara Municipal deliberar apresentar à Assembleia Municipal, o “Projecto de Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais” e respectiva Tabela de Taxas, para aprovação.

Assim:

Compete à Câmara Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, apresentar à assembleia municipal propostas, designadamente em relação às matérias constantes dos n.º 2 e 4 do citado artigo 53.º.

Por sua vez, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro), compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara, estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos.

**Em cumprimento do que acima se referiu relativamente à competência dos órgãos autárquicos, sugere-se que o executivo municipal aprecie o projeto de alteração ao REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS, que ora se anexa, e, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibere apresentar proposta de aprovação à Assembleia Municipal.**

À consideração superior,

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

O Técnico Superior,  
(Gil Soares, Dr.)  
25.06.2012

O Senhor Presidente referiu que: “em 27 de Abril de 2012, aprovámos, por unanimidade, um projecto de proposta de alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais... Tratou-se do resultado de uma monitorização que foi feita ao novo Regulamento, ao longo de quase dois anos... Nos termos da lei, tivemos que submeter essa proposta à discussão pública, durante trinta dias... Decorrido esse prazo de trinta dias, não houve nenhuma sugestão, nem nenhuma reclamação...”

Assim, propõe-se que se aprove esta proposta de Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais e que se submeta a mesma à Assembleia Municipal.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, devendo a mesma ser submetida à Assembleia Municipal.-----*

### **Ponto 9. LINHAS ESTRATÉGICAS PARA A REFORMA DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

Foi presente a seguinte informação:

#### **Assunto: Reforma do Mapa Judiciário**

##### **- Linhas Estratégicas para a Reforma da Estrutura Judiciária**

*Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:*

*O Ministério da Justiça publicou, no passado dia 15 de Junho de 2012, um documento intitulado “Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária” que vem substituir / reformular o anterior “Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária”, com a finalidade de propor uma revisão à reforma de mapa judiciário em curso.*

*A reforma da estrutura judiciária em curso foi estabelecida pela Lei nº 52/2008, de 28 de Agosto, e assenta em três vetores essenciais: uma matriz territorial mais alargada; uma acentuada especialização da oferta judiciária; um novo modelo de gestão dos tribunais.*

*Na atualidade existem 308 tribunais judiciais, que funcionam de uma forma individual e autónoma estabelecendo o atrás mencionado diploma legal que estes 308 tribunais passariam a organizar-se em 39 comarcas, dotadas com órgãos de gestão próprios.*

*A título experimental, e desde Abril de 2009, este modelo foi implementado a uma área territorial do País, designadamente, a 3 de 39 comarcas (Alentejo Litoral, Baixo Vouga e Grande Lisboa-Noroeste).*

#### **I- Proposta anterior de Reforma do Mapa Judiciário**

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

O modelo anteriormente apresentado (*Ensaio para reorganização da estrutura judiciária*) propunha a criação de 20 comarcas, que corresponderia aos Distritos Administrativos e Regiões Autónomas, procurando uma identificação com a restante organização territorial dos Serviços Públicos.

Para a redefinição do mapa judiciário a DGAJ estabelecia algumas premissas, que se revestiam, entre outras, nas seguintes características:

- 1- Divisão territorial em Distritos Administrativos e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.
- 2- A cada Distrito e Região Autónoma corresponderia uma comarca que teria a sua sede na capital de distrito e da região.
- 3- Criação de uma **instância central por comarca**, podendo ser desdobrada em secção cível e criminal, que tramitaria os processos de maior valor e da competência do tribunal coletivo ou de júri, e em secções de competência especializada.
- 4- Criação de **Instâncias Locais**, com secções de competência genérica, tendo em conta a oferta pré-existente e o movimento processual registado.
- 5- Integração das instâncias Locais no mesmo tribunal distrital, que passaria a ter, por exemplo, um único orçamento.
- 6- Extinção dos tribunais em que se verificasse um movimento processual inferior a 250 processos entrados por ano.
- 7- Ter em consideração para a definição dos tribunais os resultados dos CENSOS 2011.

Tendo em conta os princípios orientadores preconizados pela DGAJ e as características da redefinição do modelo do mapa judiciário atrás aludidos, o estudo citado **recorria a um conjunto de critérios de ponderação** para avançar com a manutenção ou extinção dos tribunais existentes, assim:

1. Volume processual subsistente expectável após reorganização inferior a cerca de 250 processos entrados.
2. Distância entre o tribunal a encerrar e aquele que vai receber o processo passível de ser percorrido em tempo inferior a cerca de uma hora.
3. Qualidade das instalações bem como a circunstância de serem propriedade do Ministério da Justiça ou arrendados.
4. Evolução da população da zona de acordo com o CENSOS 2011.
5. Oferta em meios alternativos de resolução de litígios.
6. Serviços Públicos Centrais existentes na localidade e existência, ou possibilidade de instalação, de postos de atendimento ao cidadão.

Aplicando estes critérios ao Tribunal da Comarca de Soure, a DGAJ efetuou um raciocínio comparativo com o Tribunal da Comarca de Montemor-o-Velho, sem justificar esta opção, propondo a extinção do Tribunal da Comarca de Soure, com as seguintes considerações e fundamentos:

### ***“Proposta de Extinção***

A comarca de Soure apresenta valores, quer de movimento processual quer de população, inferiores relativamente à comarca de Montemor-o-Velho.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Soure apresenta uma diminuição da população em 8,43%, e Montemor-o-Velho apresenta um aumento de cerca de 3%.

No que respeita às instalações, o tribunal de Comarca de Soure está instalado em edifício da propriedade do Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, enquanto o tribunal de Montemor-o-Velho está

## **12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012**

instalado em edifício da propriedade do Estado Português. Ambos têm boas condições de funcionamento, no entanto Montemor-o-Velho dispõe de melhores instalações.

Tendo em atenção a situação descrita, e considerando que existem bons acessos rodoviários entre os dois municípios, propõe-se a extinção do Tribunal de Soure, como se apresenta de seguida:

### **Instância Local: Tribunal de MONTEMOR-O-VELHO**

Secção	Volume processual expectável(a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total juizes
Secção de Competência Cível (c)	300	0,38	1
Secção de Competência Criminal (c)	321	0,47	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Montemor-o-Velho e Soure.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Montemor-o-Velho e Soure: 26 min. / 18 km."

No que concerne ao Distrito de Coimbra, na sua globalidade, este documento propunha, para além do Tribunal de Soure, a extinção dos seguintes tribunais:

- Penacova;
- Mira;
- Pampilhosa da Serra;
- Penela;
- Tábua.

### **II- Proposta consagrada nas Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária**

O estudo anterior, como referimos na introdução, evoluiu para uma nova proposta materializada no documento designado por "**Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária**", dado a conhecer pelo Ministério da Justiça, no passado dia 15 de Junho de 2012.

Esta nova proposta de reorganização judiciária tem como princípios ordenadores, designadamente:

- 1- Adoção dos distritos administrativos e das regiões autónomas como base territorial para cada comarca;
- 2- Criação de um único tribunal judicial de 1ª instância em cada comarca, o que significa que Portugal passará a ter, como regra, "1 comarca = 1 distrito administrativo = 1 tribunal judicial de 1ª instância".
- 3- Organização do tribunal judicial de 1ª instância de cada comarca em:
  - a- **Instâncias centrais**, preferencialmente na capital do distrito;
  - b- **Instâncias locais**;
  - c- **Extensões judiciais**.
- 4- As instâncias centrais agrupam as secções cíveis, as criminais e as outras secções de competência especializada.
- 5- As **instâncias locais** integram secções de competência genérica do tribunal judicial de 1ª instância, que se podem desdobrar em matéria cível e criminal, e distribuem-se pelas localidades do distrito onde se justifique a sua existência.
- 6- As **extensões judiciais** são configuradas como locais de atendimento ao público prestado por oficiais de justiça, com acesso integral ao sistema de informação do tribunal e com competência para:
  - a- Rececionar articulados e documentos;
  - b- Prestar informações;
  - c- Acompanhar testemunhas ouvidas através de videoconferência.

Não lhes é atribuída a titularidade do exercício da função jurisdicional, todavia sempre que instaladas em edifício onde anteriormente funcionou um tribunal, nelas podem ser realizadas audiências de julgamento ou alguma sessão de julgamento quando o juiz titular do processo a correr termos numa instância central ou local entenda, justificadamente, fazê-lo.

## **12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012**

No que respeita aos **critérios de agregação** para decisão de manutenção ou de extinção de tribunais, mantiveram-se maioritariamente os enunciados no anterior documento (*Ensaio para a reforma administrativa*), evoluindo-se, no entanto, no sentido de a agregação ser feita em relação ao tribunal da sede de comarca e não, como anteriormente era proposto, a outro tribunal de reduzida dimensão, no caso particular do Tribunal de Soure, a agregação passa a ser feita ao Tribunal de Coimbra e não ao Tribunal de Montemor-o-Velho.

Concretamente, em termos nacionais, e no caso de esta reforma entrar em vigor, passar-se-á de 231 tribunais de comarca e 77 tribunais de competência especializada, para 23 tribunais judiciais de comarca.

Propõe-se, assim, a extinção de 54 tribunais e a criação de 27 extensões judiciais.

Concretizando, no caso do Distrito de Coimbra, teremos:

### **1- INSTÂNCIA CENTRAL**

#### **1.1 Seções cíveis e seções criminais, localizadas em Coimbra**

#### **1.2 Seções de competência especializada**

- 1.2.1 **Duas seções de Trabalho**; localizadas em Coimbra e Figueira da Foz.
- 1.2.2 **Seção de Execução**; localizada em Coimbra.
- 1.2.3 **Seção de Comércio**; localizada em Coimbra.
- 1.2.4 **Seção de Instrução Criminal**; localizada em Coimbra.
- 1.2.5 **Duas Seções de Família e Menores**; localizadas em Coimbra e F. Foz.
- 1.2.6 **Seção de Execução de Penas**; localizada em Coimbra.

### **2- INSTÂNCIAS LOCAIS**

#### **2.1 Tribunal de Coimbra (seção de competência cível e seção de competência criminal)**

Serão extintos e agregados ao tribunal de Coimbra os tribunais de:

- **Soure** (passará a ter uma extensão judicial)
- **Pampilhosa da Serra** (passará a ter uma extensão judicial)

#### **2.2 Tribunal da Figueira da Foz (seção de competência cível e seção de competência criminal)**

Será extinto e agregado ao tribunal da Figueira da Foz, o tribunal de:

- **Mira** (passará a ter uma extensão judicial)

#### **2.3 Tribunal de Arganil (seção de competência genérica)**

#### **2.4 Tribunal de Cantanhede (seção de competência genérica)**

#### **2.5 Tribunal de Condeixa-a-Nova (seção de competência genérica)**

Será extinto e agregado ao tribunal de Condeixa, o Tribunal de Penela.

#### **2.6 Tribunal da Lousã (seção de competência genérica)**

#### **2.7 Tribunal de Montemor-o-Velho (seção de competência genérica)**

#### **2.8 Tribunal de Oliveira do Hospital (seção de competência genérica)**

#### **2.9 Tribunal de Penacova (seção de competência genérica)**

#### **2.10 Tribunal de Tábua (seção de competência genérica)**

### **3- EXTENSÕES JUDICIAIS**

No Distrito de Coimbra está proposto a criação de três extensões judiciais, a saber:

- **Mira**
- **Pampilhosa da Serra**
- **Soure**

## *12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012*

### **CONCLUSÃO**

Em suma, particularizando a situação do Tribunal da Comarca de Soure, e no caso de a atual proposta entrar em vigor, este será extinto, sendo agregado ao Tribunal de Coimbra (Instância Local) e já não ao de Montemor-o-Velho.

Por outro lado, será criada nas instalações do atual tribunal uma extensão judicial, configurada como local de atendimento ao público, prestado por oficiais de justiça, com acesso integral ao sistema de informação do tribunal e com competência para rececionar articulados e documentos, prestar informações e acompanhar testemunhas ouvidas através de videoconferência.

Como referimos anteriormente, não é atribuída às extensões judiciais a titularidade do exercício da função jurisdicional, todavia sempre que instaladas em edifício onde anteriormente funcionou um tribunal, como é o caso de Soure, nelas podem ser realizadas audiências de julgamento ou alguma sessão de julgamento quando o Juiz titular do processo a correr termos numa instância central ou local entenda, justificadamente, fazê-lo.

*À superior consideração,  
O Técnico Superior,  
(Gil Soares, Dr.)  
20.06.2012*

O Senhor Presidente referiu que: “já está publicado o documento que dá pelo nome de “Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária”... Sobre o mesmo, o Gabinete Jurídico da Câmara Municipal elaborou uma informação... basicamente, informa-nos que, com a sua eventual aprovação, o Tribunal de Soure continuará a ter que encerrar, sendo que o reencaminhamento já não seria para Montemor-o-Velho, mas, para Coimbra... Por outro lado, o Tribunal de Soure manter-se-ia aberto com a denominação de Extensão Judicial, podendo ou não nele ocorrerem julgamentos, de acordo com a vontade dos Senhores Magistrados...

Evidentemente, que estamos totalmente contra, a Associação Nacional de Municípios Portugueses também está frontalmente contra e aprovou a Resolução que estamos a apreciar...

Assim, propõe-se que se aprove a Resolução da Associação Nacional de Municípios sobre esta matéria.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Resolução da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre as Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária, bem como a sua submissão à Assembleia Municipal.-----*

### **Ponto 10. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA**

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

### **- Regime Jurídico**

Foi presente a seguinte informação:

#### **Assunto: Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica**

Relativamente ao assunto em epígrafe, e no seguimento da nossa informação, de 14 de Fevereiro de 2012, informamos:

A proposta de lei nº 44/XII deu origem, com algumas alterações ao seu conteúdo e substância, à Lei nº 22/2012, de 30 de Maio, que aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, entrando em vigor a 1 de Junho do corrente ano.

A presente Lei, nos termos do seu artº 1º, estabelece os objetivos, os princípios e os parâmetros da reorganização administrativa territorial, a definição e enquadramento da intervenção das Autarquias Locais em todo o processo, além de consagrar a obrigatoriedade da sua implementação, seja pela via da pronúncia das Assembleias Municipais ou por projeto proposto pela Unidade Técnica, criada para apoiar a Assembleia da Republica.

#### **I- Disposições gerais do diploma**

Analisando os seus aspetos gerais e direcionando-os para a realidade do Concelho de Soure, salienta-se:

O Município de Soure é classificado como Município de Nível 3 – “*municípios com densidade*

*populacional entre 100 e 1000 habitantes por km2 (na proposta de lei o intervalo era de 100 e 500) e com população inferior a 25 000 habitantes, bem como municípios com densidade populacional inferior a 100 habitantes por km2*” – *cfr. al. c) do nº 2 do artº 4 e Anexo I.*

Os princípios inerentes a esta reorganização administrativa estão definidos no artº 3º, havendo uma alteração importante relativamente à redação deste artigo na proposta de lei;

Em concreto, esta previa a ponderação do elemento demográfico, estabelecendo referências mínimas e máximas para as novas freguesias, definindo que a referência mínima para efeitos de concretização dessa ponderação nos Municípios de Nível 3, era de 1000 habitantes por freguesia no lugar urbano e de 500 habitantes nas outras freguesias.

Esta intenção foi alterada com a Lei nº 22/2012, uma vez que a al. f) do artº 3º passou a ter a seguinte redação “***Equilíbrio e adequação demográfica das freguesias***”, ou seja, deixaram de estar estabelecidas as referências mínimas e máximas para efeitos de ponderação demográfica.

#### **II- Parâmetros de agregação / Redução de freguesias (artºs 6º e 7º)**

São parâmetros de agregação nos Municípios de Nível 3, a redução global do respetivo número de freguesias correspondente a, no mínimo, de 50% do número de freguesias cujo território se situe, total ou parcialmente, no mesmo lugar urbano ou em lugares urbanos sucessivamente contíguos e de 25% do número de outra freguesias – *al. c) do nº 1 do artº 6.*

É considerado **lugar urbano**, de acordo com o nº 1 do artº 5º, aquele que tenha população igual ou superior a 2000 habitantes, sendo que o Município de Soure, conforme o Anexo II, não tem nenhum lugar nesta situação ... assim, **a redução prevista pelo nº 1 do artº 6º será de 25% do número de freguesias, no caso de Soure, das atuais doze para nove freguesias.**

Da aplicação da reforma administrativa **não pode resultar a existência de freguesias com um número inferior a 150 habitantes**, de acordo com o nº 2 do artº 6º, **gozando esta previsão de carácter imperativo.**

No que concerne, ainda, aos parâmetros de agregação, concretamente à redução do número



## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

de freguesias, este regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica traz uma nova solução legal, possibilitando, em casos devidamente fundamentados, que as Assembleias Municipais, na sua pronúncia, reduzam “**menos**” do que o estipulado na alínea c) do nº 1 do artº 6º.

De facto, o artigo 7º preceitua que “*No exercício da respetiva pronúncia a assembleia municipal goza de uma margem de flexibilidade que lhe permite, em casos devidamente fundamentados, propor uma redução do número de freguesias do respetivo município até 20% inferior ao número global de freguesias a reduzir resultante da aplicação das percentagens previstas no nº 1 do artº 6º*”.

O resultado da aplicação destas percentagens é calculado segundo as regras gerais do arredondamento – vide artigo 19º.

Transpondo esta previsão legal para o caso concreto do Município de Soure, por força da alínea c) do nº 1 do artº 6º, ter-se-á de proceder à redução global de 25%, ou seja, três em 12 freguesias, no entanto, o artº 7º possibilita, com a devida fundamentação, que a Assembleia Municipal recorra à margem de flexibilidade aí estabelecida, propondo uma redução do número de freguesias a agregar até 20% inferior ao número global de freguesias a reduzir pela aplicação do artº 6º.

Concretizando, 20% de três freguesias a agregar resulta 0,6 ora, aplicando as regras gerais de arredondamento resultará 1 (uma), pelo que a eventual **pronúncia da assembleia municipal poderá ser no sentido de reduzir apenas duas freguesias** (3 – 1 freguesia em resultado da aplicação dos 20% ao nº de freguesias a reduzir) **em doze, não perdendo de vista a necessidade de fundamentação para o recurso á previsão do artº 7º.**

### **III- Pronúncia da Assembleia Municipal**

A deliberação da Assembleia Municipal relativamente a esta reorganização administrativa designa-se por pronúncia (nº 3 do artº 11º), tendo esta de estar conforme com os parâmetros de agregação e tendo em conta os princípios e as orientações estratégicas definidas na lei – cfr. nº 1 do artº 11º.

As orientações para a reorganização administrativa, para além dos princípios previstos no artº 3º, são as previstas no artigo 8º, realçando-se, no entanto, que são orientações meramente indicativas e não imperativas.

As deliberações das Assembleias Municipais podem resultar de uma proposta da Câmara Municipal, não tendo aquele órgão que a adotar, e sempre que o executivo municipal não exerça essa faculdade deverá apresentar à Assembleia Municipal um parecer sobre a reorganização do território das freguesias do respetivo município – cfr. nº 2 do artº 11º.

O nº 4 do artº 11º traz à colação o papel das Assembleias de Freguesia no sentido de estas poderem apresentar pareceres sobre a reorganização administrativa, devendo estes ser ponderados pelas Assembleias Municipais aquando da preparação da pronúncia.

A pronúncia da Assembleia Municipal deve conter os elementos elencados no nº 5 do artº 11º, nomeadamente:

- a) Identificação das freguesias consideradas como situadas em lugar urbano, nos termos e para os efeitos da presente lei (não se aplica a Soure);
- b) Número de freguesias;
- c) Denominação das freguesias;
- d) Definição e delimitação dos limites territoriais de todas as freguesias (pode-se aproveitar a reorganização administrativa para alterar os limites territoriais das freguesias);
- e) Determinação da localização das sedes de freguesia;
- f) Nota justificativa.



## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

No que respeita ao prazo para a Assembleia Municipal deliberar, a pronúncia deve ser entregue à Assembleia da República no prazo máximo de 90 dias a contar da entrada em vigor da presente lei (01 de Junho de 2012), acompanhada, quando emitidos, dos pareceres das assembleias de freguesia – cfr. artº 12º.

Sobre a contagem dos prazos, esta é feita nos termos previstos no Código do Processo Civil, de acordo com o artº 20º, ou seja, o prazo corre de forma contínua (artº 144º do Código Processo Civil), não se suspendendo nos feriados nem nos fim-de-semana, contudo, suspendem-se nas férias judiciais, ocorrendo estas, proximamente, entre 16 de Julho e 31 de Agosto (Lei nº

43/2010, de 3 de Setembro), o prazo de noventa dias para as Assembleias Municipais se pronunciarem está suspenso dentro desse lapso temporal, retomando a contagem a 1 de Setembro, sendo o prazo limite para a pronúncia o dia 15 de Outubro.

### **IV- Ausência ou desconformidade da pronúncia – Competências da Unidade Técnica**

A presente lei procede, também, à criação de uma **Unidade Técnica** composta pelos elementos previstos no nº 2 do artº 13º que tem, entre outras, uma competência relevante no caso de as Assembleias Municipais não se pronunciarem, assim, por força da alínea b) do artº 14º, compete-lhe apresentar à Assembleia da República propostas concretas de reorganização administrativa.

Para além disso, elaboram pareceres sobre a conformidade ou desconformidade da pronúncia das assembleias municipais, designadamente no que diz respeito à verificação dos parâmetros de agregação previstos nos artigos 6º e 7º, e no caso de desconformidade das pronúncias, propor às assembleias municipais projetos de reorganização administrativa – vide al. c) e d) do nº 1 do artº 14º.

**Saliente-se que a desconformidade da deliberação da Assembleia Municipal que não promova a agregação de quaisquer freguesia é equiparada a não pronúncia** – cfr. nº 2 do artº 14º.

Em caso de desconformidade da pronúncia, a Unidade Técnica elabora e propõe a apresentação à respetiva Assembleia Municipal um projeto de reorganização administrativa do território das freguesias no prazo máximo de 20 dias, dando conhecimento à Assembleia da República.

Após a receção do projeto a Assembleia Municipal pode apresentar um projeto alternativo à Assembleia da República, o qual é apreciado pela Unidade Técnica, no entanto, já não poderá recorrer à faculdade prevista no artº 7º, ou seja, perde a margem de flexibilidade na redução aí consagrada – vide artº 15º.

### **V- “Reforço” de competências e recursos financeiros**

Esta lei prevê, como objetivo a regulamentar no futuro, um novo regime de atribuições e competências no sentido de reforçar as competências das freguesias, bem como, ampliar as que já se encontram em si delegáveis.

Esta intenção, e correspondente reforço das transferências financeiras do Estado, está prevista nos nºs 1, 2 e 3 do artº 10º, no entanto, remete a sua concretização para diplomas próprios a regulamentar posteriormente, não sendo portanto uma norma de aplicação imediata.

Em sentido diverso, é a estipulação do nº 4 e nº 5 do artº 10º, dado que **prevê o aumento em 15% até ao final do mandato seguinte à agregação da participação no Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) da freguesia criada por agregação** (nº 4).

Todavia, no caso de a agregação de freguesias não resultar de pronúncia da Assembleia Municipal, conforme com os princípios e parâmetros de agregação previstos na lei, esse acréscimo não se verificará, ou seja, a ausência de pronúncia ou desconformidade da pronúncia tem como consequência direta até ao final do mandato seguinte, o não aumento em 15% do FFF (nº 5).

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 27 de Junho de 2012***

### **VI- Agregação das freguesias**

Na sequência da agregação de freguesias, a “nova” freguesia criada pela agregação tem a faculdade de incluir na denominação a expressão «*união de freguesias*», seguida das denominações de todas as freguesias anteriores que nela se agregam, constituindo a freguesia criada, uma nova pessoa coletiva territorial, dispondo de uma única sede e integrando o património, os recursos humanos, os direitos e as obrigações das freguesias agregadas - cfr. nº 1 e 2 do artº 9º.

À superior consideração,  
O Técnico Superior,  
(Gil Soares, Dr.)  
13.06.2012

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, a proposta de lei já foi, depois de algumas alterações, promulgada e publicada, tendo entrado em vigor no passado dia 1 de Junho... O que significa que qualquer Concelho que se queira pronunciar sobre isso deve fazê-lo até 15 de Outubro do corrente ano...

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal aprecie uma proposta base, em tempo útil, para a pronúncia legalmente prevista da Assembleia Municipal... A proposta deverá assentar em pareceres das Juntas e Assembleias de Freguesia directamente envolvidas neste processo que, por sua vez, deverão promover, com a colaboração da Câmara Municipal, a realização de auscultações prévias das populações... Na prática, deverão ser auscultadas as populações... com base, também no resultado dessas auscultações, as Juntas e as Assembleias de Freguesia deverão aprovar um parecer... A Câmara Municipal deverá apreciar uma proposta concreta, pronunciar-se sobre ela nos termos da lei e a Assembleia Municipal, com base nela, deverá aprovar uma pronúncia... Porque é que se entende que a Assembleia Municipal deva aprovar uma pronúncia?... Porque se a Assembleia Municipal não o fizer, a Lei será aplicada na mesma, em função de uma avaliação/decisão da Unidade Técnica da Assembleia da República criada...

A ser assim, não só não teríamos evitado a aplicação da Lei... mas também, a nosso ver, ainda pior, não teríamos procurado influenciar a decisão, tendo em vista minimizar os impactos negativos resultantes da sua aplicação!!!... isto é, afigura-se-nos, que embora reafirmando a nossa completa discordância com esta lei, estando a mesma em vigor, deveremos procurar minimizar os seus impactos negativos, de uma forma participada e suprapartidária.”

*Deliberado, por unanimidade, apreciar nos termos da lei, em tempo útil, uma Proposta “Base” para a Pronúncia legalmente prevista da Assembleia Municipal.---*